



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 30/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 10177/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Rio Negro.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Sra. Eliete da Cunha Beleza, Prefeita Municipal de Santa Izabel do Rio Negro.
- 6- **Unidade Técnica:** DICOP – Relatório Conclusivo nº 19/2014 (fls. 1244/1414).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 815/2014-MP-ACP do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 1469/1470).
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Rio Negro. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando a **DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS** da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Rio Negro, exercício financeiro de 2012, de responsabilidade da Senhora **ELIETE DA CUNHA BELEZA** nos termos do art. 31 §1º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91 e art. 1º, I e art. 29 da Lei nº 2423/96.

10- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 24 de junho de 2014.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 30/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em exercício

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 30/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2014)

1- Processo TCE nº 10177/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Rio Negro.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sra. Eliete da Cunha Beleza, Prefeita Municipal de Santa Izabel do Rio Negro.

6- Unidade Técnica: DICOP – Relatório Conclusivo nº 19/2014 (fls. 1244/1414).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 815/2014-MP-ACP do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 1469/1470).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal Santa Izabel do Rio Negro. Exercício de 2012.

Contas irregulares. Alcance e Multas à responsável. Notificação à interessada. Prazo para recolhimento. Recomendações à origem. Representação à Receita Federal e ao MPC.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, "a", item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar IRREGULAR a prestação de contas da ordenadora de despesa da Prefeitura de Santa Izabel do Rio Negro, Sra. ELIETE DA CUNHA BELEZA, conforme art. 22, inciso III, alínea "a", "b", "c", c/c art.25, da Lei nº 2423/96, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução, referentes ao exercício financeiro de 2012.

9.2- Considerar a responsável em ALCANCE, no valor de R\$ 122.718,13 (cento e vinte e dois mil, setecentos e dezoito reais e treze centavos) referente às letras "a" e "c" do item III, da sugestão do Relatório Conclusivo da DICAMI, bem como no valor de R\$ 1.254.316,13 (um milhão, duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e dezesseis reais e treze centavos) referentes ao débito apurado pela DICOP, com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art.304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE).

9.3- Aplicar a Sra. ELIETE DA CUNHA BELEZA multa no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com base no art. 54, inciso II da Lei nº 2423/96 (Lei orgânica do TCE), c/c o art.308, inciso VI do Regimento Interno deste TCE (Resolução nº



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 30/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2014)

04/2007, das restrições dos itens 1.5.1, 15.2, 15.8, 15.9, 15.10, 15.11, 15.12, 15.13, 15.14, 15.15, 15.16, 15.17, 15.19, 15.20, 15.21, 15.22, 15.23, 15.24, 15.25, 15.26, 15.27, 15.28, 15.29, 15.30, 15.31, 15.34, 18 e 21.

9.4- Aplicar a Sra. ELIETE DA CUNHA BELEZA **multa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, com base no art. 54, inciso III da Lei nº 2423/96 (Lei orgânica do TCE) c/c o art. 308, inciso V do Regimento Interno deste TCE (Resolução nº 04/2002), das restrições dos itens 15.15, 15.23 e 21.

9.5- Aplicar a Sra. ELIETE DA CUNHA BELEZA **multa o valor de R\$ 1.096,03 (mil e noventa e seis reais e três centavos)**, com base no art. 308, inciso II do Regimento Interno do TCE (Resolução nº 04/2002), em função dos itens 15.3, 15.4, 15.5, 15.6 e 15.7.

9.6- NOTIFICAR a interessada com cópia do Relatório/voto e Acórdão para tomar ciência do decisório e, querendo, apresentar o devido recurso.

9.7- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de Cobrança Executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação.

9.8- RECOMENDAR ao Poder Executivo de Santa Izabel do Rio Negro, que:

a) Sejam observados e cumpridos os prazos para a remessa da movimentação contábil via ACP conforme estabelece o art. 4º da Resolução nº 07 /02-TCE;

b) Seja observado o princípio contábil de especificidade e da oportunidade nos Demonstrativos Financeiros do Executivo, principalmente nas contas dos Balanços Financeiro;

c) Proceda ao controle mais efetivo e eficiente no que tange aos seus bens móveis;

d) Proceda aos devidos repasses de recolhimentos à Previdência Social;

e) Proceda ao controle mais efetivo e eficiente do patrimônio dos bens móveis da Prefeitura.

9.9- ENVIAR cópia do Relatório Conclusivo 19/2014 - DICOP, para juntar ao processo de prestação de Contas do Convênio 004/2012 - SEINFRA/PM de Santa Izabel do Rio Negro (processo nº 6642/2012 e anexos).

9.10- Representar a Receita Federal do Brasil para que proceda ao levantamento dos dados previdenciários dos servidores da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Rio Negro, que porventura contribuam para a Previdência Social.

9.11- Por fim, representar ao Ministério Público Estadual, de acordo com o inciso XXIV do art. 1º da Lei nº 2.423/96, para apurar a responsabilidade e improbidade administrativa da Ex-Prefeita Municipal de Santa Izabel do Rio Negro, Sra. ELIETE DA CUNHA BELEZA, Gestora e Ordenadora das Despesas referentes ao exercício financeiro de 2012, por infringência às normas legais já mencionadas e da nos ao erário.

Vencida a preliminar suscitada pelo Conselheiro Raimundo José Michiles no sentido de que se proceda a juntada dos documentos apresentados pela interessada com posterior



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 30/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2014)

manifestação técnica e ministerial e vencido, igualmente, no mérito, pela regularidade das contas com ressalvas.

10- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 24 de junho de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em exercício

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por RAIMUNDO JOSÉ MICHILES.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 9B4D8956-83588AC5-B0BE149A-16CE400A